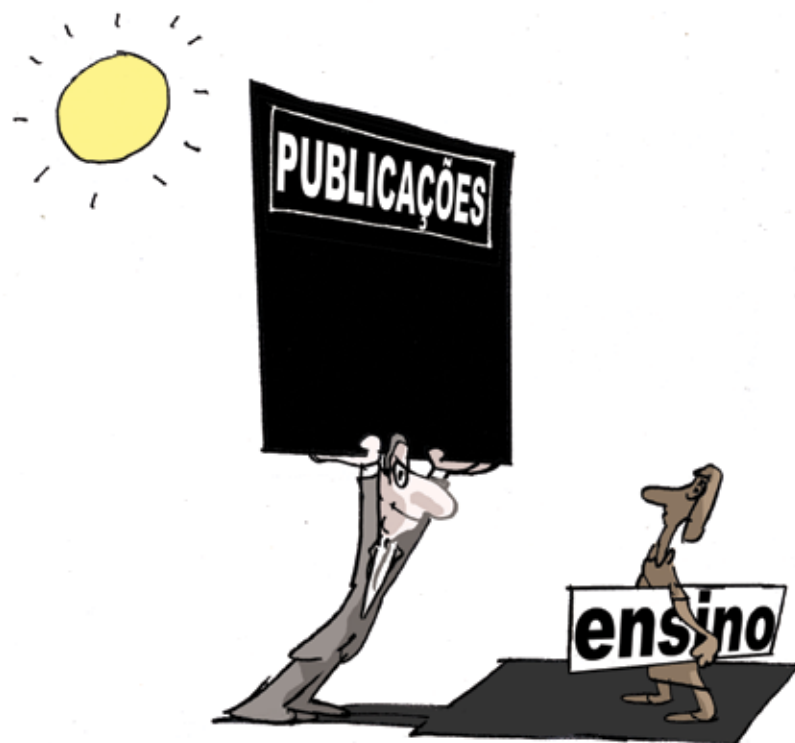


AVALIAÇÃO IRRACIONAL DA PESQUISA E ECLIPSE DA DOCÊNCIA NA USP¹

Marilena Chauí²



Nos documentos da Reitoria a docência não entra na medida da produtividade, portanto, não faz parte da “qualidade” universitária, o que justifica a proposta de mudanças na carreira através de um vocabulário vago e impreciso, qual seja, “segundo as normas que regem a atividade docente”, sem que saibamos que normas são essas. Ou seja: não há definição de critérios para “medir” a qualidade da docência. Por “qualidade acadêmica” costuma-se entender o número de teses e de publicações, estágios no estrangeiro e participação em congressos, numa visão simplista da pesquisa, e deixando na sombra a docência — o ensino é, agora, considerado tarefa menor e de adestramento

O que chamamos de neoliberalismo nasceu de um grupo de economistas, cientistas políticos e filósofos, entre os quais Popper e Lippman, que, em 1947, reuniu-se em Mont Saint Pélérin, na Suíça, à volta do austríaco Hayek e do norte-americano Milton Friedman. Esse grupo opunha-se encarniçadamente ao surgimento do Estado de Bem-Estar de estilo keynesiano e social-democrata e à política norte-americana do New Deal. Esse grupo elaborou um detalhado projeto econômico e político no qual atacava o chamado Estado Providência com seus encargos sociais e com a função de regulador das atividades do mercado, afirmando que esse tipo de Estado destruía a liberdade dos cidadãos e a competição sem as quais não há prosperidade. Essas idéias permaneceram como letra morta até a crise capitalista do início dos anos 1970, quando o capitalismo conheceu, pela primeira vez, um tipo de situação imprevisível, isto é, baixas taxas de crescimento econômico e altas taxas de inflação: a famosa estagflação. O grupo de Hayek, Friedman e Popper passou a ser ouvido com respeito porque oferecia a suposta explicação para a crise: esta, diziam eles, fôra causada pelo poder excessivo dos sindicatos e dos movimentos operários que haviam pressionado por aumentos salariais e exigido o aumento dos encargos sociais do Estado. Teriam, dessa maneira, destruído os níveis de lucro requeridos pelas empresas e desencadeado os processos inflacionários incontroláveis.

Feito o diagnóstico, o grupo do Mont Pélérin propôs os remédios:

1) um Estado forte para quebrar o poder dos sindicatos e movimentos operários, para controlar os dinheiros públicos e cortar drasticamente os encargos sociais e os investimentos na economia; 2) um Estado cuja meta principal deveria ser a estabilidade monetária, contendo os gastos sociais e restaurando a taxa de desemprego necessária para formar um exército industrial de reserva que quebrasse o poderio dos sindicatos; 3) um Estado que realizasse uma reforma fiscal para incentivar os investimentos privados e, portanto, que reduzisse os impostos sobre o capital e as fortunas, aumentando os impostos sobre a renda individual e, portanto, sobre o trabalho, o consumo e o comércio; 4) um Estado que se afastasse da regulação da economia, deixando que o próprio mercado, com sua racionalidade própria, operasse a desregulação; em outras palavras, abolição dos investimentos estatais na produção, abolição do controle estatal sobre o fluxo financeiro, drástica legislação anti-greve e vasto programa de privatização.

O modelo foi aplicado, primeiro, no Chile, depois na Inglaterra e nos Estados Unidos, expandindo-se para todo o mundo capitalista (com exceção dos países asiáticos) e depois da “queda do muro de Berlim”, para o leste europeu. Esse modelo político tornou-se responsável pela mudança da forma da acumulação do capital, hoje conhecida como “acumulação flexível” e que não havia sido prevista pelo grupo neoliberal. De fato, este propusera seu pacote de medidas na certeza de que abaxaria a taxa de inflação e aumentaria a taxa do crescimento econômico. A primeira

aconteceu, mas a segunda não, porque o modelo incentivou a especulação financeira em vez dos investimentos na produção; o monetarismo superou a indústria. Donde falar-se em “capitalismo pós-industrial”.

Quais os traços mais marcantes da forma atual do capitalismo?

1. O desemprego tornou-se estrutural, deixando de ser acidental ou expressão de uma crise conjuntural, porque a forma contemporânea do capitalismo, ao contrário de sua forma clássica, não opera por inclusão de toda a sociedade no mercado de trabalho e de consumo, mas por exclusão. Essa exclusão se faz não só pela introdução da automação, mas também pela velocidade da rotatividade da mão-de-obra que se torna desqualificada e obsoleta muito rapidamente em decorrência da velocidade das mudanças tecnológicas. Como consequência, tem-se a perda de poder dos sindicatos e o aumento da pobreza absoluta;

2. O monetarismo e o capital financeiro tornaram-se o coração e o centro nervoso do capitalismo, ampliando a desvalorização do trabalho produtivo e privilegiando a mais abstrata e fetichizada das mercadorias, o dinheiro. O poderio do capital financeiro determina, diariamente, as políticas dos vários Estados porque estes, sobretudo os do Terceiro Mundo, dependem da vontade dos bancos e financeiras de transferir periodicamente os recursos para um determinado país, abandonando outro;

3. A terceirização, isto é, o aumento do setor de serviços, tornou-se estrutural, deixando de ser um suplemento à produção porque, agora, a produção não mais se realiza

sob a antiga forma fordista das grandes plantas industriais que concentravam todas as etapas da produção — da aquisição da matéria prima à distribuição dos produtos — mas opera por fragmentação e dispersão de todas as esferas e etapas da produção, com a compra de serviços no mundo inteiro. Como consequência, desaparecem todos os referenciais materiais que permitiam à classe operária perceber-se como classe e lutar como classe social, enfraquecendo-se ao se dispersar nas pequenas unidades terceirizadas espalhadas pelo planeta;

4. A ciência e a tecnologia tornaram-se forças produtivas, deixando de ser mero suporte do capital para se converter em agentes de sua acumulação. Consequentemente, mudou o modo de inserção dos cientistas e técnicos na sociedade porque tornaram-se agentes econômicos diretos, e a força e o poder capitalistas encontram-se no monopólio dos conhecimentos e da informação;

5. Diferentemente da forma keynesiana e social-democrata que, desde o pós-Segunda Guerra, havia definido o Estado como agente econômico para regulação do mercado e agente fiscal que emprega a tributação para promover investimentos nas políticas de direitos sociais, agora o capitalismo dispensa e rejeita a presença estatal não só no mercado, mas também nas políticas sociais, de sorte que a privatização tanto de empresas quanto de serviços públicos também tornou-se estrutural. Disso resulta que a idéia de direitos sociais como pressuposto e garantia dos direitos civis ou políticos tende a desaparecer porque o que era

um direito converte-se num serviço privado regulado pelo mercado e, portanto, torna-se uma mercadoria a que têm acesso apenas os que têm poder aquisitivo para adquiri-la;

6. A transnacionalização da economia faz com que o centro econômico, jurídico e político planetário encontre-se no FMI e no Banco Mundial, que operam com um único dogma, proposto pelo grupo fundador do neoliberalismo, qual seja: estabilidade econômica e corte do déficit público;

7. A distinção entre países de Primeiro e Terceiro Mundo tende a ser substituída pela existência, em cada país, de uma divisão entre bolsões de riqueza absoluta e de miséria absoluta, isto é, a polarização de classes aparece como polarização entre a opulência absoluta e a indigência absoluta. A diferença está apenas no número de pessoas que, em cada um deles, pertence a um dos “mundos”, em função dos dispositivos sociais e legais de distribuição da renda, garantia de direitos sociais consolidados e da política tributária (o grosso dos impostos não vem do capital, mas do trabalho e do consumo).

Em resumo, o neoliberalismo é decisão de investir o fundo público no capital e privatizar os direitos sociais, de maneira que podemos definir o neoliberalismo como alargamento do espaço privado dos interesses de mercado e encolhimento do espaço público dos direitos.

A este conjunto de condições materiais precariamente esboçado aqui, corresponde um imaginário social ou uma ideologia que busca justificá-las (como racionais), legitimá-las (como corretas) e dissimulá-las enquanto formas contemporâneas da explora-

ção e dominação. Essa ideologia toma como o ser da realidade a fragmentação econômico-social e a compressão espaço-temporal gerada pelas novas tecnologias e pelo percurso do capital financeiro. Essa ideologia, usando a imagem da meritocracia, corresponde a uma forma de vida determinada pela insegurança e violência institucionalizada pelo mercado. Essa forma de vida possui cinco traços principais: 1) a insegurança, que leva a aplicar recursos no mercado de futuros e de seguros; 2) a dispersão, que leva a procurar uma autoridade política forte, com perfil despótico; 3) o medo, que leva ao reforço de antigas instituições, sobretudo a família, e ao retorno das formas místicas e autoritárias ou fundamentalistas de religião; 4) o sentimento do efêmero e da destruição da memória objetiva dos espaços levando ao reforço de suportes subjetivos da memória (diários, biografias, fotografias, objetos), pois o paradigma do consumo tornou-se o mercado da moda, veloz, efêmero e descartável; 5) relega à condição de mitos totalitários os conceitos que fundaram e orientaram a modernidade: as idéias de racionalidade, universalidade, o contraponto entre necessidade e contingência, os problemas da relação entre subjetividade e objetividade, a história como dotada de sentido imanente, a diferença entre Natureza e cultura, etc. A ideologia neoliberal realiza três grandes inversões: substitui a lógica da produção pela da circulação; substitui a lógica do trabalho pela lógica da informação; e substitui a lógica da luta de classes pela lógica da satisfação-insatisfação dos indivíduos no consumo.

É este o projeto para o Brasil iniciado nos governos de FHC, recusado pela sociedade brasileira em quatro eleições seguidas, e que agora, à revelia das eleições presidenciais de 2014, é retomado pelo governo de Michel Temer, cujo pressuposto ideológico básico é a afirmação de que todos os problemas e malefícios econômicos, sociais e políticos do país decorrem da presença do Estado não só no setor de produção para o mercado, mas também nos programas sociais, donde se conclui que todas as soluções e todos os benefícios econômicos, sociais e políticos procedem da presença das empresas privadas no setor de produção e no dos serviços sociais. Em outras palavras, o mercado é portador de racionalidade sócio-política e agente principal do bem-estar da República. Isso transparece claramente na substituição do conceito de direitos pelo de serviços, que leva a colocar direitos sociais (como a saúde, a educação e a cultura) no setor de serviços privados.

Na atual linguagem do Estado, as universidades, as escolas técnicas, os museus e os centros de pesquisa são considerados organizações sociais prestadoras de serviços ao Estado e com ele celebram “contratos de gestão”. Essa definição da universidade é o princípio que guia as ações propostas pela Reitoria da USP, que confere um sentido bastante determinado à idéia de autonomia universitária, e introduz no léxico universitário termos como qualidade e avaliação e flexibilização da universidade.

Autonomia universitária: é a gestão de receitas e despesas, de

acordo com o contrato de gestão pelo qual o Estado estabelece metas e indicadores de desempenho, que determinam a renovação ou não renovação do contrato. A autonomia universitária se reduz, portanto, ao gerenciamento empresarial da instituição, e a responsabilidade do Estado é a mesma que tem, por exemplo, com as empresas encarregadas do recolhimento do lixo. A “autonomia” prevê que, para cumprir as metas e alcançar os indicadores impostos pelo contrato de gestão, a universidade tem “autonomia” para “captar recursos” de outras fontes, fazendo parcerias com as empresas privadas. Cria-se também um Fundo de Apoio Universitário, com recursos públicos que podem ser repassados a qualquer universidade, desde que ela se apresente como prestadora de serviços e cumpridora das cláusulas do contrato de gestão.

Flexibilização: é o corolário da “autonomia”. “Flexibilizar” significa: 1) eliminar o regime único, o concurso público e a dedicação exclusiva, substituindo-os por “contratos flexíveis”, isto é, temporários e precários; 2) simplificar os processos de compras (as licitações), a gestão financeira e a prestação de contas (sobretudo para proteção das chamadas “outras fontes de financiamento”, que não pretendem se ver publicamente expostas e controladas); 3) adaptar os currículos de graduação e pós-graduação às necessidades profissionais do mercado, isto é, às demandas das empresas; 4) separar docência e pesquisa, deixando a primeira na universidade e deslocando a segunda para centros autônomos de pesquisa.

Qualidade: é definida como competência e excelência, tendo como critério seu “atendimento às necessidades de modernização da economia e desenvolvimento social”; e é medida pela produtividade. A produtividade, que mede a qualidade, é orientada por três critérios: quanto a universidade produz, em quanto tempo produz e qual o custo do que produz. Em outras palavras, os critérios da produtividade são quantidade, tempo e custo, que orientarão os contratos de gestão. Observa-se que a pergunta pela produtividade não indaga: o que se produz, como se produz, para que ou para quem se produz. Ora, nos documentos da Reitoria a docência não entra na medida da produtividade e, portanto, não faz parte da qualidade universitária, o que, aliás, justifica a proposta de mudanças na carreira através de um vocabulário vago e impreciso, qual seja, “segundo as normas que regem a atividade docente”, sem que saibamos que normas são essas, ou seja: não há definição de critérios para “medir” a qualidade da docência.

Avaliação: é o corolário da “qualidade”. Sobre isso voltarei mais adiante. Flexibilização, qualidade e avaliação significam uma mutação a respeito do próprio conceito de universidade, que deixa de ser tomada como instituição social e passa a ser considerada uma organização social.³

De fato, desde seu surgimento (no século XIII europeu), a universidade sempre foi uma instituição social, isto é, uma ação social, uma prática social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, num



Marilena Chauí em ato público na FFLCH, em novembro de 2018

princípio de diferenciação, que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais, e estruturada por ordenamentos, regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade internos a ela. A legitimidade da universidade moderna fundou-se na conquista da ideia de autonomia do saber em face da religião e do Estado, portanto, na ideia de um conhecimento guiado por sua própria lógica, por necessidades imanentes a ele, tanto do ponto de vista de sua invenção ou descoberta como de sua transmissão. Por isso mesmo, a universidade europeia tornou-se inseparável das ideias de formação, reflexão, criação e crítica. Com as lutas sociais e políticas dos últimos séculos, com

a conquista da educação e da cultura como direitos, a universidade tornou-se também uma instituição social inseparável da ideia de democracia e de democratização do saber: seja para realizar essa ideia, seja para opor-se a ela, a instituição universitária não pôde furtar-se à referência à democracia como ideia reguladora, nem pôde furtar-se a responder, afirmativa ou negativamente, ao ideal socialista. Numa palavra, por ser uma instituição social, a universidade não pode colocar-se à margem da luta de classes nem das questões ideológicas que, sabemos, são sua questão própria, pois cabe-lhe indagar qual o lugar das ideias no processo da produção material da sociedade.

Docência é entendida como a transmissão rápida de conhecimentos, consignados em manuais de fácil leitura para estudantes, ou treino para novos pesquisadores. Transmissão e adestramento. Desaparece a marca essencial da docência: a formação

Ora, que significa passar da condição de instituição social à de organização?

Uma organização difere de uma instituição porque se define por uma outra prática social, qual seja, a de sua instrumentalidade: está referida ao conjunto de meios particulares para obtenção de um objetivo particular. Não está referida a ações articuladas às idéias de reconhecimento externo e interno, de legitimidade interna e externa, mas a operações definidas como estratégias balizadas pelas idéias de eficácia e de sucesso no emprego de determinados meios para alcançar o objetivo particular que a define. É regida pelas idéias de gestão, planejamento, previsão, controle e êxito. Não lhe compete discutir ou questionar sua própria existência, sua função, seu lugar no interior da luta de classes, pois isso que para a instituição social universitária é crucial, é, para a organização, um dado de fato. Ela sabe (ou julga saber) por que, para que e onde existe.

A instituição social aspira à universalidade. A organização sabe que sua eficácia e seu sucesso dependem de sua particularidade. Isso significa que a instituição tem a sociedade como seu princípio e sua referência normativa e valorativa, enquanto a organização tem apenas a si mesma como referência, num processo de competição com outras que fixaram os mesmos objetivos particulares. Em outras palavras, a instituição se percebe inserida na divisão social e política e busca definir uma universalidade (ou imaginária ou desejável) que lhe permita responder às contradições impostas pela divisão. Ao contrário, a organização pretende gerir seu espaço e tempo particulares aceitando como dado bruto sua inserção num dos polos da divisão

social, e seu alvo não é responder às contradições e sim vencer a competição com seus supostos iguais.

Como foi possível passar da ideia da universidade como instituição social à sua definição como organização social?

Como enfatizou a Escola de Frankfurt, o movimento do capital tem a peculiaridade de transformar toda e qualquer realidade em objeto e para o capital, convertendo tudo em mercadoria destinada ao mercado e por isso mesmo produzindo um sistema universal de equivalências, próprio de uma formação social baseada na troca de equivalentes ou na troca de mercadorias pela mediação de uma mercadoria, o dinheiro como equivalente universal. A prática contemporânea da administração parte de dois pressupostos: o de que toda dimensão da realidade social é equivalente a qualquer outra e por esse motivo é administrável de fato e de direito, e o de que os princípios administrativos são os mesmos em toda parte porque todas as manifestações sociais, sendo equivalentes, são regidas pelas mesmas regras. Em outras palavras, a administração é percebida e praticada segundo um conjunto de normas gerais desprovidas de conteúdo particular e que, por seu formalismo, são aplicáveis a todas as manifestações sociais. Uma sociedade de mercado produz e troca equivalentes e suas instituições são, por isso mesmo, equivalentes também. É isso que se costuma batizar de “tecnocracia”, isto é: aquela prática que julga ser possível dirigir a universidade segundo as mesmas normas e os mesmos critérios com que se administra uma montadora

de automóveis ou uma rede de supermercados.

A prática administrativa se reforça e se amplia à medida que o modo de produção capitalista, por exigências da acumulação e da reprodução do capital, fragmenta todas as esferas e dimensões da vida social, desarticulando-as e voltando a articulá-las por meio da administração. Essa rearticulação transforma uma instituição social numa organização, isto é, numa entidade isolada cujo sucesso e cuja eficácia se medem em termos da gestão de recursos e estratégias de desempenho e cuja articulação com as demais se dá por meio da competição. A passagem da USP à condição de organização administrada e administrativa assume a forma do que designamos como a universidade operacional, que, por ser uma organização, está voltada para si mesma enquanto estrutura de gestão e de arbitragem de contratos. Isso explica a linguagem dos documentos das comissões criadas pela atual Reitoria que se referem a planos estratégicos com normas e regras voltados para a eficácia organizacional e para a homogeneidade das práticas acadêmicas, portanto, definida e estruturada por normas e padrões inteiramente alheios ao conhecimento e à formação intelectual.

Que se entende por docência e pesquisa, numa universidade operacional?

A docência é entendida como transmissão rápida de conhecimentos, consignados em manuais de fácil leitura para os estudantes, de preferência, ricos em ilustrações e com duplicata em suportes eletrônicos. A docência é pensada como habilitação

rápida para graduados, que precisam entrar rapidamente num mercado de trabalho do qual serão expulsos em poucos anos, pois tornam-se, em pouco tempo, jovens obsoletos e descartáveis; ou como correia de transmissão entre pesquisadores e treino para novos pesquisadores. Transmissão e adestramento. Desaparece, portanto, a marca essencial da docência: a formação. A desvalorização da docência significaria, compensatoriamente, a valorização excessiva da pesquisa? Teria esta assumido o lugar formador, que antes cabia à docência? Ora, o que é a pesquisa numa universidade operacional?

Numa organização, uma “pesquisa” é uma estratégia de intervenção e de controle de meios ou instrumentos para a consecução de um objetivo delimitado. Em outras palavras, uma “pesquisa” é um *survey* de problemas, dificuldades e obstáculos para a realização do objetivo, e um cálculo de meios para soluções parciais e locais de problemas e obstáculos locais. Pesquisa, ali, não é conhecimento de alguma coisa, mas posse de instrumentos para intervir e controlar alguma coisa. Por isso mesmo, numa organização não há tempo para a reflexão, a crítica, o exame de conhecimentos instituídos, sua mudança ou sua superação. Numa organização, a atividade cognitiva não tem como nem por que realizar-se. Em contrapartida, no jogo estratégico da competição no mercado, a organização se mantém e se firma se for capaz de propor áreas de problemas, dificuldades, obstáculos sempre novos, o que é feito pela fragmentação de antigos problemas em novíssimos micro-problemas, sobre os

quais o controle parece ser cada vez maior. A fragmentação, condição de sobrevida da organização, torna-se real e propõe a especialização como estratégia principal.

Compreende-se, então, o que vem acontecendo com a pesquisa, à medida que vai sendo fragmentada em micro-problemas. Começa-se dizendo que uma pesquisa não tem como realizar-se por um único pesquisador, mas este precisa estar associado a outros que tratam dos micro-problemas envolvidos pelo problema a ser pesquisado. A associação dos pesquisadores não é definida pela própria pesquisa, mas por seu tratamento administrativo sob a forma de “linha de pesquisa”, na qual os pesquisadores operam como na antiga fábrica fordista, isto é: são postos na linha de montagem, contribuindo com alguma pecinha muito especializada para a fabricação do artefato.

**Se por pesquisa
entendermos a investigação
de algo que nos lança na
interrogação, que pede
reflexão, crítica, invenção; o
trabalho da linguagem para
pensar e dizer o que ainda
não foi pensado nem dito;
ação contra a barbárie social
— então, não há pesquisa na
universidade operacional**

Como se dá a definição da “linha de pesquisa”? De duas maneiras prin-

cipais: 1) ou pelo ajuntamento de docentes-pesquisadores que trabalham numa mesma disciplina e foram informados de que, se formarem um grupo, núcleo ou centro, terão subvenções (contratos de gestão) para seus trabalhos; 2) ou porque um notável consegue uma “parceria” com uma empresa que encomenda uma “pesquisa”, isto é, uma estratégia de intervenção e de controle sobre alguma coisa. Em outras palavras, as “linhas de pesquisa” são, de um lado, maneiras de conseguir subvenção, recursos e complementação salarial, e, de outro lado, exprimem a idéia organizacional da “pesquisa” como delimitação estratégica de um campo de intervenção e controle. É evidente que a avaliação desse trabalho só pode ser feita em termos compreensíveis para uma organização, isto é, em termos de custo-benefício, pautada pela idéia de produtividade, que avalia em quanto tempo, com que custo e quanto foi produzido. E é evidente também que os responsáveis pela “linha de pesquisa” não sejam pesquisadores e sim gestores de contratos e programas e que saibam ser “flexíveis” para mudar o curso da “pesquisa” quando assim for necessário.

Em suma, se por pesquisa entendermos a investigação de algo que nos lança na interrogação, que nos pede reflexão, crítica, enfrentamento com o instituído, descoberta, invenção e criação; se por pesquisa entendermos o trabalho do pensamento e da linguagem para pensar e dizer o que ainda não foi pensado nem dito; se por pesquisa entendermos uma visão compreensiva de totalidades e sínteses abertas que suscitam a interrogação e a busca; se por pesquisa

entendermos uma ação civilizatória contra a barbárie social e política, então, é evidente que não há pesquisa numa universidade operacional.

Os documentos das comissões da Reitoria evidenciam que é neste quadro da universidade operacional que se propõe fazer a avaliação e definir a carreira universitária. Não examinarei os detalhes das propostas da Reitoria, nem as questões referentes à carreira, pois os colegas que me antecederam nos debates anteriores e a *Revista Adusp* já examinaram todos os detalhes desastrosos do que está sendo proposto. Quero, porém, fazer duas observações gerais:

1) vocês devem ter notado que as comissões nomeadas pelo reitor se referem aos seus trabalhos usando a palavra **missão**. Essa palavra tem três sentidos conforme a época histórica de seu emprego. Inicialmente foi empregada por Carlos Magno que se apropriou de um procedimento do império romano, que enviava os *missi*, emissários, encarregados da cobrança de taxas e impostos — eram emissários do imperador para fazer cumprir suas ordens, eis porque a Adusp tem insistido no caráter autoritário da formação e ação dessas comissões. Como a função dos *missi* também era militar, de imposição da ordem em regiões de conflito, a palavra **missão** é até hoje empregada num segundo sentido: é usada por forças armadas e policiais para significar uma operação de ataque a alvos pré-determinados com a finalidade de destruí-los. Não por acaso, nos documentos da Reitoria a palavra **missão** vem sempre acompanhada de uma outra, própria do vocabulário da ação militar, qual seja plane-

jamento estratégico. Finalmente, o terceiro sentido dessa palavra se encontra em seu emprego pelas empresas para encobrir que sua atividade é puramente mercantil e apresentar-se como dedicação e serviço ao público. É, pois, compreensível que na sociedade neoliberal e na universidade operacional os dirigentes se refiram à suas ações como **missões**. Se não soubéssemos que estamos diante da universidade administrada e empresarial, bastaria vermos a palavra **missão** para imediatamente sabermos do que se trata;

2) minha segunda observação, embora não afaste as análises da Adusp sobre o autoritarismo, vai ainda numa outra direção. As mudanças propostas definem formas de institucionalização da vida e da prática universitárias. Ora, a maneira como estão sendo encaminhadas indicam a enorme fragilidade institucional dessas ações, pois dependem de um reitor com mandato de quatro anos e de comissões diretamente nomeadas por ele e cuja existência termina com o término de sua gestão. Isto significa que, amanhã, mudanças que afetaram profundamente a docência, a pesquisa, a extensão e as carreiras podem perder a validade e lançar a USP no caos. Se as comissões tivessem sido eleitas pela comunidade acadêmica, se dela tivessem recebido propostas e mandatos, sua força institucional seria considerada não apenas legítima, mas também independente da duração dos mandatos dos reitores. Refiro-me, portanto, não apenas à fragilidade dessa institucionalização, mas sobretudo ao fato de que ela se configura como uma aventura irresponsável, pois

não é medida pela longa duração de uma instituição social e sim pelo caráter efêmero e volátil próprio de uma organização social.

Todos nós reconhecemos e defendemos a necessidade da avaliação das atividades universitárias: 1. para orientar a política universitária do ponto de vista de um saber da universidade sobre si mesma, de seu modo de inserção na sociedade e significado de seu trabalho, e para reorientação de programas e projetos; 2. para orientar a análise técnica dos problemas operacionais e financeiros, suprir carências, atender demandas, quebrar bolsões de privilégios e de inoperância; 3. para a prestação de contas devida aos cidadãos. Ora, a “avaliação” que está sendo proposta não cumpre nenhuma dessas três finalidades porque, paradoxalmente, a universidade, centro de investigação onde tudo quanto existe deveria transformar-se em objeto de conhecimento, está sendo forçada a renunciar a colocar-se a si mesma como objeto de investigação, criando métodos próprios que permitam elaborar técnicas específicas de auto-avaliação. Em vez disso, o padrão organizacional da pesquisa e os critérios que a avaliam pela produtividade quantitativa, pela competitividade, pela eficiência e pelo sucesso é a aceitação acrítica e perigosa de critérios não acadêmicos e sociais.

De fato, o que é a suposta avaliação trazida pelas comissões da Reitoria? 1. Empregando critérios que visam à homogeneidade, a avaliação despoja a universidade de sua

institucionalidade própria, isto é: a diversidade e pluralidade de suas atividades, determinadas pela natureza própria dos objetos de pesquisa e de ensino, regidos por lógicas específicas, temporalidades e finalidades diferentes; 2. nada é conseguido como auto-conhecimento da instituição, mas é promovida sua redução a funções operacionais e o resultado avaliativo aparece como um catálogo de atividades e publicações (acompanhadas de inexplicados conceitos classificatórios) que passa a orientar a alocação de recursos, vagas, concursos etc.; 3. a prestação de contas à sociedade não se cumpre porque tanto orçamentos quanto execuções orçamentárias são apresentados com os números agregados, sem explicitação de critérios, prioridades, objetivos e finalidades e sem explicitar publicamente os convênios privados (montante dos recursos, destinação, prazos das pesquisas, usos dos resultados etc).

Em geral, os critérios empregados para avaliar a chamada “excelência acadêmica” costumam ser identificados aos indicadores usados para medi-la, pois por “qualidade acadêmica” costuma-se entender o número de teses e de publicações, estágios no estrangeiro e participação em congressos, numa visão simplista da pesquisa, e deixando na sombra a docência, seus problemas e sua qualidade própria, uma vez que o ensino, como observamos, é, agora, considerado tarefa menor e de adestramento, sem qualquer papel formador.

A título de exemplo, a respeito de irracionalidades criadas pelos indicadores existentes, menciono:

1. **artigos x livros:** nas humanidades, os livros, mesmo os ensaísticos, são mais importantes do que os artigos isolados e o tempo para preparar e publicar um livro é muito maior do que para artigos. Ora, usando os critérios da universidade operacional e, nela, enfatizando os das áreas científico-tecnológicas, os artigos valem mais do que os livros e valem mais se publicados em revistas internacionais e não nas nacionais. Não bastasse isso, desconsidera-se a precariedade do mercado editorial brasileiro, com graves problemas técnicos para a edição e sobretudo para a distribuição, portanto, um pequeno número de livros e revistas não indica que não houve pesquisa, e sim que é possível não haver verba para publicar a revista e, no caso do livro, o autor pode estar na “fila de espera” de uma editora sem ter ideia de quanto a espera durará — o critério da publicação pode ser abstrato quando não leva em conta todas essas especificidades;

2. os problemas graves de infraestrutura são levados em conta para avaliar a universidade, em que bibliotecas, laboratórios, instrumentos de precisão, material para trabalho de campo, informatização não recebem verbas suficientes, de maneira que a avaliação, em lugar de estimular a concessão de verbas para infraestrutura, castiga cursos e áreas inteiras com uma avaliação “baixa”;

3. a ausência de diversificação dos critérios avaliativos também é irracional: por exemplo, nas áreas de ciências básicas — exatas, naturais, humanas, letras e filosofia — o intercâmbio internacional é muito importante, mas seu grau de impor-

tância, de necessidade e de intensidade não é o mesmo em cada uma delas; se, para um químico ou um físico, é essencial ter sua pesquisa imediatamente publicada em periódicos internacionais, no caso das humanas, dependendo do assunto (por exemplo, um trabalho de História sobre a economia colonial; um estudo literário sobre Machado de Assis), a urgência não é tão grande, sendo muito mais importante torná-la imediatamente conhecida no Brasil — se a publicação internacional for um critério decisivo, como julgam alguns, a relevância de pesquisas básicas locais se perde;

4. a irônica perversidade de alguns critérios supostamente avaliativos: exemplo: o número de citações de um trabalho pode ser efetivamente um indicador da relevância e qualidade da pesquisa. Ora, como este critério passa a servir para determinar financiamentos, cargos, empregos melhores, os universitários norte-americanos passaram a duas atitudes: formar “grupos de citação recíproca” e “reciclar artigos” para serem citados novamente; mas, muito pior, passam a reduzir e restringir as áreas de pesquisa, mantendo apenas as já existentes, pois quando um campo novo está sendo aberto, não há como ter citações dos trabalhos porque são pioneiros e não há muita gente pesquisando o assunto — o critério da citação, que poderia ser um bom indicador, acaba oscilando entre a picaretagem e o modismo.

Quanto à docência, que poderíamos considerar elementos indispensáveis da excelência do trabalho docente? Pensamos que, entre outros aspectos, a docência excelente seria

aquela que: 1) articula informação e formação; 2) inicia os estudantes nos clássicos, nos problemas e nas inovações da área; 3) varia e atualiza cursos, bibliografias, aproveitando os trabalhos de pesquisa que o professor está realizando (tanto para uma tese, um livro ou um artigo); 4) inicia no estilo e nas técnicas de trabalho próprios da área; 5) informa e forma novos professores ou profissionais não-acadêmicos da área; 6) dependendo da área, estimula os estudantes ao aprendizado de outras línguas e consegue que os departamentos de línguas ofereçam cursos aos estudantes; 7) luta por condições de infraestrutura para os estudantes: bibliotecas, laboratórios, computadores, instrumentos de precisão, veículos para trabalho de campo etc.; 8) exige trabalhos escritos e orais contínuos dos estudantes, oferecendo-lhes uma correção explicativa de cada trabalho realizado, de tal modo que cada novo trabalho possa ser melhor do que o anterior, graças às correções, observações e sugestões do professor; 9) incentiva os diferentes talentos, sugerindo trabalhos que, posteriormente, auxiliarão o estudante a optar por uma área de trabalho acadêmico, ou uma área de pesquisa ou um aspecto da profissão escolhida e que será exercida logo após a graduação — em suma: a docência forma novos docentes, incentiva novos pesquisadores ou prepara profissionalmente para atividades não-acadêmicas. No caso da pesquisa, também poderíamos discutir o estabelecimento de alguns parâmetros, a partir de um conjunto de indagações sobre a qualidade desse trabalho. Assim, por exemplo, podemos indagar:

Os temas escolhidos são relevantes na área, seja porque enfrentam impasses e dificuldades teóricas e práticas nela existentes, seja porque inovam em métodos e resultados, abrindo caminho para novas pesquisas?

O pesquisador conhece as várias alternativas metodológicas e as implicações científicas, políticas e ideológicas de cada uma delas, de modo que, ao escolher a metodologia, o faz com conhecimento de causa?

O pesquisador conhece o estado da arte no tema que está pesquisando: as discussões clássicas e as discussões mais recentes sobre o assunto e a bibliografia clássica e atual sobre o assunto? O pesquisador dispõe de tempo para várias horas seguidas de trabalho? Recebe auxílio financeiro para isto?

O orientador estimula caminhos novos para seus orientandos e é cientificamente receptivo a conclusões, mesmo quando estas contrariem resultados e ideias a que ele próprio havia chegado em suas pesquisas?

O orientador estimula estágios no estrangeiro, escolhendo os locais onde, de fato, o tema trabalhado pelos orientandos tem sido objeto de pesquisas importantes? O orientador luta para que haja condições de infraestrutura para o trabalho dos orientandos e o seu próprio? O orientador tem clareza da necessidade de diferenciar prazos para seus orientandos, em função do tema escolhido por eles, das diferentes condições de vida e trabalho dos orientandos, das dificuldades ou facilidades de expressão de cada um dos orientandos, da infraestrutura e da bibliografia disponíveis para os diferentes traba-

lhos dos orientandos? O orientador estimula a formação de pequenos grupos de discussão e de seminários de seus orientandos? O orientador respeita a pesquisa solitária, conforme o tipo de tema ou dos orientandos? O orientador não se apropria da pesquisa dos orientandos e não a publica em seu próprio nome? O orientador não explora os orientandos como força de trabalho?

A universidade reconhece a importância da pesquisa e cria condições para que se realize, se renove e se amplie (bibliotecas, laboratórios, instrumentos e equipamentos, intercâmbios nacionais e internacionais, verbas para publicação de revistas, verbas para editora universitária, verba para coedições com editoras comerciais, bolsas)?

O pesquisador pode contar com o reconhecimento público de seu trabalho, tanto pela publicação quanto pela utilização acadêmica, profissional ou social que dele é ou será feita? O pesquisador pode ter expectativa de reproduzir seu aprendizado e formar novos pesquisadores porque outras universidades do país poderão contratá-los, ou sua própria universidade tem uma previsão de ampliação dos quadros? O pesquisador tem clareza da diferença entre pesquisa e consultoria, pesquisa e assessoria?

Indagações como estas podem auxiliar-nos a formular um conceito geral da excelência na pesquisa e encontrar critérios qualitativos para avaliá-la. Aqui, sugerimos alguns:

1. **a inovação** – seja pelo tema, seja pela metodologia, seja pela descoberta de dificuldades novas, seja por levar a uma reformulação do saber anterior sobre a questão;

2. **a durabilidade** - a pesquisa não é servil a modismos e seu sentido não termina quando a moda acadêmica acabar porque não nasceu de uma moda;

3. **a obra** - a pesquisa não é um fragmento isolado de ideias que não terão sequência, mas cria passos para trabalhos seguintes, do próprio pesquisador ou de outros, sejam seus orientandos, sejam os participantes de mesmo grupo ou setor de pesquisa; há obra quando há continuidade de preocupações e investigações, quando há retomada do trabalho de alguém por um outro, e quando se forma uma tradição de pensamento na área;

4. **dar a pensar** - a pesquisa faz com que novas questões conexas, paralelas ou do mesmo campo possam ser pensadas, mesmo que não tenham sido trabalhadas pelo próprio pesquisador; ou que questões já existentes, conexas, paralelas ou do mesmo campo possam ser percebidas de maneira diferente, suscitando um novo trabalho de pensamento por parte de outros pesquisadores;

5. **impacto ou efeito social, político ou econômico** - a pesquisa alcança receptores extra-acadêmicos para os quais o trabalho passa a ser referência de ação, seja porque leva à ideia de pesquisa aplicada, a ser feita por outros agentes, seja porque seus re-

sultados são percebidos como direta ou indiretamente aplicáveis em diferentes tipos de ação;

6. **autonomia** - a pesquisa suscita efeitos para além do que pensara ou previra o pesquisador, mas o essencial é que tenha nascido de exigências próprias e internas ao pesquisador e ao seu campo de atividades, da necessidade intelectual e científica de pensar sobre um determinado problema, e não por determinação externa ao pesquisador (ainda que outros sujeitos acadêmicos, sociais, políticos ou econômicos possam ter despertado no pesquisador a necessidade e o interesse da pesquisa, esta só consegue tornar-se excelente se nascida de uma exigência interna ao pensamento e à ação do próprio pesquisador);

7. **articulação de duas lógicas diferentes**, a lógica acadêmica e a lógica histórica (social, econômica, política) - a pesquisa inovadora, duradoura, autônoma, que produz uma obra e uma tradição de pensamento e que suscita efeitos na ação de outros sujeitos é aquela que busca responder às questões colocadas pela experiência histórica e para as quais a experiência, enquanto experiência, não possui respostas; em outras palavras, a qualidade de uma pesquisa se mede pela capacidade de enfrentar os problemas científicos,

humanísticos e filosóficos postos pelas dificuldades da experiência de seu próprio tempo; quanto mais uma pesquisa é reflexão, investigação e resposta ao seu tempo, menos perecível e mais significativa ela é;

8. **articulação entre o universal e o particular** - a pesquisa excelente é aquela que, tratando de algo particular, o faz de tal maneira que seu alcance, seu sentido e seus efeitos tendam a ser universalizáveis — quanto menos genérica e quanto mais particular, maior possibilidade de possuir aspectos ou dimensões universais (por isso, e não para “contagem de pontos”, é que poderá vir a ser publicada e conhecida internacionalmente, quando o tempo dessa publicação surgir). Onde a preocupação que os orientadores deveriam ter com o momento em que os estudantes escolhem um tema de iniciação à pesquisa, que antecipa o futuro mestrado e o futuro doutorado, de modo o que o primeiro tema fosse um exercício preparatório para as escolhas seguintes, garantindo, ao final do percurso, um novo pesquisador em condições de realizar novos trabalhos nos quais a articulação entre o particular e o universal se tornem perceptíveis para ele por haver aprendido, na iniciação e no mestrado, a trabalhar sobre o particular com rigor e originalidade.

Notas

- 1 Publicado na *Revista Adusp* 60, de maio de 2017, este ensaio, originalmente intitulado “Sobre as comissões de avaliação da USP”, foi elaborado a pedido da Adusp e apresentado pela autora em debate acerca da “Nova CPA” (Comissão Permanente de Avaliação) realizado em 16 de setembro de 2016. A “Nova CPA” proposta e aprovada no Conselho Universitário pela gestão reitoral de M.A. Zago e V. Agopyan (apesar da resistência da Adusp e de algumas congregações) agravou o processo de centralização da avaliação do corpo docente da USP.
- 2 Professora titular do Departamento de Filosofia e Professora Emérita da FFLCH.
- 3 **Nota da Autora.** Essa distinção é feita por Michel Freitag em *Le naufrage de l’université*, obra em que é empregada a expressão universidade operacional, que usaremos a seguir.